



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA  
NÚCLEO DE APOIO À EXECUÇÃO E DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA – NAE-CJ**

Aos 26 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezenove, no NÚCLEO DE APOIO À EXECUÇÃO E DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA – NAE-CJ, localizado na Rua Ferreira Pena, 546 - Centro, compareceu a Excelentíssima Senhora Desembargadora do Trabalho **RUTH BARBOSA SAMPAIO**, Corregedora e Ouvidora do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, acompanhada de sua equipe de correição composta pelos servidores Rejane de Aragão Oliveira, Diretora da Corregedoria Regional e Aldo José Pereira Rodrigues, Assistente Jurídico da Corregedoria, para realizar a Correição Ordinária Anual nessa unidade judiciária de 1ª Instância Trabalhista, em cumprimento ao inciso II do artigo 34 do Regimento Interno. Encontravam-se presentes os Excelentíssimos Juízes Djalma Monteiro de Almeida, Coordenador do Núcleo de Apoio à Execução e de Cooperação Judiciária – NAE-CJ, e Antônio Carlos Duarte de Figueredo Campos, Juiz auxiliar, além da Chefe do Núcleo, Cristina Núcleo Marinho da Cruz, e demais servidores lotados, todos cientificados da realização desse trabalho por meio do Ofício nº 066/2019/SCR. A Corregedora Regional iniciou a Correição visitando as dependências respectivas, encontrando as instalações em bom estado de conservação. Após a visitação, registrou o seguinte:

**Período de referência da correição atual:** Janeiro/2018 a Janeiro/2019.

<b>Data de instalação</b>	<b>Janeiro de 2014</b>
---------------------------	------------------------

RA 197/2011 e 166/2012, bem como pela Portaria 162/2014/SGP



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

JUIZ COORDENADOR DO NAE-CJ E SUBSTITUTO		
Edna Maria Fernandes Barbosa	Juíza Coordenadora	Portaria nº 704/2017/SGP
Daniel Carvalho Martins	Juiz Auxiliar	Portaria nº 704/2017/SGP
Djalma Monteiro de Almeida	Juiz Coordenador	Portaria nº 028/2019/SGP
Antônio Carlos Duarte de Figueredo Campos	Juiz Auxiliar	Portaria nº 028/2019/SGP

2. INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - QUADRO DE SERVIDORES

2.1 Lotação [2018/2019] NÚCLEO DE APOIO À EXECUÇÃO E COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

(fonte: Mentorh)

Nome	Cód	Tipo Servidor	Cargo Efetivo	Cargo/Função Comissionada	FC
Cristina Marinho Da Cruz Santos	103081	SERV. DO QUADRO	Analista Judiciário- Área Judiciária	Chefe do setor Núcleo de Apoio à Execução	FC 6
Kelly Cristina Barbosa Bezerra Tabal	111005	SERV. DO QUADRO	Técnico Judiciário	Assistente Chefe do NAE-CJ	FC 5
Raimundo Peres Dantas	118147	SERV. DO QUADRO	Analista Judiciário – Área Administrativa	Função da Presidência	FC 5
Elson Martins de Sena	105194	SERV. DO QUADRO	Técnico Judiciário- Área Administrativa		
<b>TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO</b>				04	
<b>TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO</b>					



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional

(REQUISITADO)	
---------------	--

**2.1 Lotação [2018/2019] SEÇÃO DE HASTAS PÚBLICAS**

(fonte: Mentorh)

Nome	Cód	Tipo Servidor	Cargo Efetivo	Cargo/Função Comissionada	FC
Carmen Lucia Ponce de Leão Braga	103034	SERV. DO QUADRO	Analista Judiciário- Área Judiciária	Chefe da Seção de Hastas Públicas	FC 5
Joseane Leal Dias	110207	SERV. DO QUADRO	Analista Judiciário- Contabilidade	Assistente Chefe da Seção de Hasta Pública	FC 3
João Batista da Silva	110088	SERV. DO QUADRO	Técnico Judiciário		
<b>TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO</b>				03	
<b>TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO (REQUISITADO)</b>					

**2.1 Lotação [2018/2019] SEÇÃO DE PESQUISA PATRIMONIAL**

(fonte: Mentorh)

Nome	Cód	Tipo Servidor	Cargo Efetivo	Cargo/Função Comissionada	FC
Lucas Ribeiro Prado	112150	SERV. DO QUADRO	Analista Judiciário	Chefe da Seção de Pesquisa Patrimonial	FC 5
Vitor Cruz e Silva Vasquez	122061	SERV. DO QUADRO	Técnico Judiciário		
Miriam Paes Teixeira de Aquino	113502	SERV. DO QUADRO	Técnico Judiciário		
<b>TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO</b>				03	
<b>TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO (REQUISITADO)</b>					



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional

**2.2 Ausências, exceto férias e diligências [janeiro/2018 a janeiro/2019] –  
NÚCLEO DE APOIO À EXECUÇÃO, SEÇÃO DE HASTAS PÚBLICAS E SEÇÃO DE  
PESQUISAS PATRIMONIAIS.**

(fonte: Mentorh)

AUSÊNCIAS / AFASTAMENTOS / LICENÇAS / APOSENTADORIA / CURSOS		
LIC. MÉDICA	CRISTINA MARINHO DA CRUZ SANTOS	14/08/2018 a 15/08/2018
	KELLY CRISTINA BARBOSA BEZERRA TABAL	26/03/2018 a 09/04/2018; 10/04/2018 a 19/04/2018; 26/07/2018 a 27/07/2018; 03/12/2018 a 18/12/2018
	RAIMUNDO PERES DANTAS	04/06/2018
CURSO	CRISTINA MARINHO DA CRUZ SANTOS	24/04/2018; 26/04/2018
	ELSON MARTINS DE SENA	02/05/2018; 12/06/2018; 19/06/2018 21/06/2018; 26/06/2018; 05/07/2018; 17/08/2018; 04/10/2018 a 05/10/2018
	KELLY CRISTINA BARBOSA BEZERRA TABAL	24/08/2018
	LUCAS RIBEIRO PRADO	02/03/2018; 08/10/2018 a 11/10/2018
	RAIMUNDO PERES DANTAS	12/06/2018; 19/06/2018
FOLGA COMPENSATÓRIA	KELLY CRISTINA BARBOSA BEZERRA TABAL	16/08/2018 a 23/08/2018; 03/09/2018 a 17/09/2018
	KELLY CRISTINA BARBOSA BEZERRA TABAL	21/05/2018 a 08/06/2018



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional

VIAGEM EM SERVIÇO	LUCAS RIBEIRO PRADO	10/09/2018 a 13/09/2018

AUSÊNCIAS / AFASTAMENTOS / LICENÇAS / APOSENTADORIA / CURSOS		
LIC. MÉDICA	CARMEN LUCIA PONCE DE LEAO BRAGA	14/08/2018 a 16/08/2018
	JOSEANE LEAL DIAS	21/05/2018 a 25/05/2018
CURSO	CARMEN LUCIA PONCE DE LEAO BRAGA	07/06/2018; 18/06/2018; 21/06/2018; 24/08/2018; 04/10/2018 a 05/10/2018;
	JOSEANE LEAL DIAS	18/06/2018; 12/07/2018; 10/08/2018
	JOAO BATISTA DA SILVA	23/04/2018; 25/04/2018
FOLGA COMPENSATÓRIA	JOSEANE LEAL DIAS	12/04/2018 a 07/05/2018
DOAÇÃO DE SANGUE	JOSEANE LEAL DIAS	25/10/2018
	JOAO BATISTA DA SILVA	26/10/2018
LICENÇA FALECIMENTO	JOSEANE LEAL DIAS	29/10/2018 a 31/10/2018



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional

PARTICIPAÇÃO EM OLIMPIADA	JOAO BATISTA DA SILVA	21/09/2018 a 28/09/2018

**AUSÊNCIAS / AFASTAMENTOS / LICENÇAS / APOSENTADORIA / CURSOS**

LIC. MÉDICA	VITOR CRUZ E SILVA VASQUEZ	16/01/2018; 03/04/2018 a 06/04/2018; 11/06/2018 a 14/06/2018
	MIRIAM PAES TEIXEIRA DE AQUINO	19/02/2018; 19/07/2018 a 28/07/2018; 09/11/2018 a 16/11/2018
CURSO	VITOR CRUZ E SILVA VASQUEZ	24/08/2018

**3. ESTRUTURA FÍSICA DO NAE-CJ**

Estrutura física própria dotada de Secretaria, sala de audiências e Gabinete do Juiz Coordenador, situada no 4º andar do Fórum Trabalhista de Manaus.

**4. ITENS DE EXAME E REGISTRO. INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO NAE-CJ**

**4.1 Seções integrantes do NAE-CJ e respectivas resoluções.**

O Núcleo de Hastas Públicas - NHP, foi instituído pela Resolução Administrativa nº 43/2016 do TRT da 11ª Região, de 2 de março de 2016, com jurisdição nos processos de execução do TRT11, com o objetivo de centralizar e uniformizar os procedimentos relacionados às hastas públicas. Em 5 de outubro de 2016 a nomenclatura de "Núcleo de Hastas Públicas" foi alterada para "Seção de



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional**

Hastas Públicas" - SHP, em virtude da necessidade de adequação ao modelo existente à estrutura do Conselho Superior de Justiça do Trabalho - CSJT.

O Núcleo de Pesquisa Patrimonial-NPP foi instituído em 4 de março de 2015, por meio da Resolução Administrativa de nº 63/2015, do E. TRT da 11ª Região, com base nas previsões da Resolução Administrativa nº 138/2015, do C. Tribunal Superior do Trabalho. Em 2018 foi modificada a nomenclatura do Núcleo para Seção de Pesquisa Patrimonial - SPP, conforme Resolução Administrativa nº 23/2018, do E. TRT da 11ª Região.

**4.2 Quantidade de processos conciliados e valores liberados pelo NAE-CJ em 2018.**

No ano de 2018 não houve conciliação de processos no NAE-CJ. Contudo houve bloqueio de valores nos órgãos públicos e depósito de valores relativos a bens arrematados em Hasta Pública que foram rateados entre as Varas Trabalhistas que encaminharam suas certidões de débito unificado.

**VALORES LIBERADOS PELO NAE-CJ em 2018**

<b>GRUPO VITÓRIA RÉGIA</b>	<b>R\$ 2.624.204,39</b>
<b>JM SERVIÇOS PROFISSIONAIS</b>	<b>R\$ 1.367.546,92</b>
<b>GRUPO NORTE EDITORA</b>	<b>R\$ 228.003,76</b>
<b>RUDARY PRESTADORA DE SERVIÇOS</b>	<b>R\$ 1.220.465,16</b>
<b>NV INDUSTRIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO</b>	<b>R\$ 1.023.213,66</b>
<b>LEGÍTIMA SERVIÇOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA</b>	<b>R\$ 794.155,56</b>
<b>VISAM VIGILANCIA E SEGURANÇA DA AMAZONIA</b>	<b>R\$ 83.488,51</b>
<b>TOTAL LIBERADO</b>	<b>R\$ 7.341.077,96</b>

**4.3 Quais os convênios e parcerias do NAE-CJ com instituições públicas como fonte de informação que facilitem e auxiliem a execução.**

**JUCEA**

**Órgão Gestor:** Junta Comercial do Estado do Amazonas

**Procedimento:** Convênio firmado entre o TRT 11 e a JUCEA

**Dados:** Registro da Empresa (CNPJ, Capital Social, Atividade Econômica, Endereço e Sócios)

Tem por objeto facilitar o acesso à base de dados e visualização do cadastro das empresas registradas na JUCEA por consulta de servidores devidamente credenciados.

**REDESIM**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO**  
**Corregedoria Regional**

**Órgão Gestor:** Junta Comercial do Estado do Amazonas

**Procedimento:** Convênio firmado entre o TRT 11 e a JUCEA

**Dados:** Registro da Empresa (CNPJ, Capital Social, Atividade Econômica, Endereço e Sócios) e Contratos Sociais Digitalizados.

Tem por objeto facilitar o acesso à base de dados e visualização do cadastro das empresas registradas na JUCEA por consulta de servidores devidamente credenciados, possibilitando a consulta de contratos sociais digitalizados.

**JUCERR**

**Órgão Gestor:** Junta Comercial do Estado de Roraima -JUCERR

**Procedimento:** Convênio firmado entre o TRT 11 e a JUCEA

**Dados:** Registro da Empresa (CNPJ, Capital Social, Atividade Econômica, Endereço e Sócios)

Tem por objeto facilitar o acesso à base de dados e visualização do cadastro das empresas registradas na JUCERR por consulta de servidores devidamente credenciados, possibilitando a consulta de contratos sociais digitalizados.

**BACENJUD**

**Órgão Gestor:** Banco Central do Brasil - BCB

**Procedimento:** Adesão ao Termo de Cooperação Técnica firmado entre o TST e o BCB

**Dados:** Saldo em conta e endereços atualizados das partes. Por meio desse sistema os magistrados protocolizam ordens judiciais de requisição de informações, bloqueio, desbloqueio e transferência de valores bloqueados que são transmitidas às instituições bancárias para cumprimento e resposta.

**RENAJUD - Sistema de Restrição Judicial**

**Órgão Gestor:** Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN

**Procedimento:** Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o CNJ, Min. das Cidades e Min. da Justiça

**Dados:** Registro do Veículo (placa, chassi, Cor); Situação do veículo (alienado, hipotecado, etc); Endereços atualizados.

Tem como objeto a restrição judicial de veículos criado pelo CNJ que interliga o Judiciário ao departamento Nacional de Trânsito. A ferramenta permite consultas e envio, em tempo real, à base de dados do RENAVAM, de ordens judiciais de restrições de veículos – inclusive registro de penhora – de pessoas condenadas em ações judiciais.

**CCS – Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional:**

**Órgão Gestor:** Banco Central do Brasil - BCB

**Procedimento:** Adesão ao Convênio de Cooperação Institucional firmado entre BCB e CNJ

**Dados:** Dados cadastrais sobre detalhamento e relacionamento de contas bancárias.

Tem por objeto permitir aos órgãos do Poder Judiciário a utilização de consulta às informações contidas no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional.





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional**

Cumpra um papel importante para o rastreamento de possíveis “laranjas” em esquemas de desvio de dinheiro.

**CNIB - Central Nacional de Indisponibilidade de Bens**

**Órgão Gestor:** Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo - ARISP

**Procedimento:** Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica nº 83/2010 do CNJ

**Dados:** Imóveis indisponíveis em nome das partes

Esse sistema tem por objetivo realizar pesquisas visando localizar titularidade de bens imóveis de pessoa física ou jurídica, solicitar e/ou requisitar informações e certidões digitais, enviar mandados judiciais e certidões para inscrições de penhora, arrestos e sequestros, bem como receber as respectivas respostas dos Cartórios de Registro de Imóveis.

**PENHORA ONLINE:**

**Órgão Gestor:** Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo – ARISP

**Procedimento:** Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica nº 83/2010 do CNJ

**Dados:** Registro de Imóveis nos Cartórios dos Estados de MG, ES, RJ, SP, SC, RS, MS, MT, PA, PE e AC.

O sistema Penhora Online, que integra a Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Registradores de Imóveis, foi desenvolvido pela Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo – ARISP, com o objetivo de estabelecer uma comunicação direta entre os Cartórios de Registro de Imóveis e o Poder Judiciário, permitindo aos magistrados procederem a averbação do registro de penhora eletronicamente, primando pelo princípio da economia dos atos processuais e da celeridade processual.

Além disso, essa ferramenta possibilita a consulta dos registros de imóveis, tornando-se dispensável a expedição de ofícios em papel para se obter informações sobre bens imóveis em nome dos executados junto aos Cartórios de Registro de Imóveis, o que muito auxilia no combate à ocultação de patrimônio.

**SIEL:**

**Órgão Gestor:** Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

**Procedimento:** Acordo de Cooperação Técnica nº 14/2008 junto ao TSE

**Dados:** Endereços atualizados devido ao cadastramento biométrico e graus de parentescos (pai e mãe).

Tem por objeto atender as solicitações de dados constantes no Cadastro Eleitoral. O serviço está disponível exclusivamente às Autoridades Judiciais e ao Ministério Público, bem como aos servidores por eles autorizados. O acesso ao sistema pressupõe o prévio cadastramento mediante o preenchimento do Formulário SIEL que deverá ser impresso, assinado, digitalizado e encaminhado à Corregedoria Regional Eleitoral.

**SACI:**

**Órgão Gestor:** Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO**  
**Corregedoria Regional**

**Procedimento:** Solicitação de cadastro por e-mail encaminhando os dados dos usuários a serem cadastrados.

**Dados:** Registro de aeronaves. Disponibiliza informações sobre propriedade de aeronaves, sendo que o Amazonas é o Estado com o maior número de aeródromos públicos no país.

**SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações**

**Bancárias:**

**Órgão Gestor:** Ministério Público Federal - MPF

**Procedimento:** Adesão ao Termo de Cooperação Técnica firmado entre o TST e o MPF, sendo regulamentado por Portaria da Presidência de cada Regional.

**Dados:** Todo tipo de movimentação bancária, envolvendo gastos com cartão, transferências, saques, poupanças, aplicações, investimentos, previdências, seguros e etc.

Tem por objeto permitir de forma segura o intercâmbio pela internet de dados de instituições financeiras e órgãos públicos, mediante prévia autorização judicial de afastamento de sigilo bancário. Principal ferramenta utilizada para casos de lavagem de dinheiro e crime associados à corrupção.

**SEI – Sistema Eletrônico de Intercâmbio:**

**Órgão Gestor:** Conselho de Controle de Atividades Financeiras -

**Procedimento:** Preencher formulário e enviar por Ofício ao COAF

**Dados:** Dados de investigações de lavagem de dinheiro. A cooperação e a troca de informações com as autoridades competentes são de grande importância para viabilizar ações rápidas e eficientes na prevenção e no combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. O intercâmbio de informações é disciplinado pelo artigo 15 da Lei nº 9.613, de 1998: "O COAF comunicará às autoridades competentes para a instauração dos procedimentos cabíveis, quando concluir pela existência de crimes previstos nesta Lei, de fundados indícios de sua prática, ou de qualquer outro ilícito".

**CENSEC – Central Notarial de Serviços Eletrônicos:**

**Órgão Gestor:** Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal

**Procedimento:** Através do envio de planilha com os dados dos usuários a serem cadastrados para Colégio Notarial do Brasil.

**Dados:** Registro de procurações, inventários e testamentos. A Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados que tem como finalidade gerenciar banco de dados com informações sobre existência de testamentos, procurações e escrituras públicas de qualquer natureza, inclusive separações, divórcios e inventários lavradas em todos os cartórios do Brasil.

**SERASAJUD:**

**Órgão Gestor:** Serasa Experian

**Procedimento:** Adesão ao Convênio firmado entre o TRT, CNJ e SERASAJUD



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional**

**Informações:** Dados cadastrais da empresa e a situação junto ao SERASA. Tem por objeto encaminhar à SERASA ordens judiciais de inclusão de restrição, levantamento temporário ou definitivo de restrição nos cadastros por ela mantidos, solicitação de informações cadastrais, bem como enviados outros tipos de ordens judiciais nos termos do Manual.

**eRIDFT – Sistema de Registro de Imóveis Eletrônico:**

**Órgão Gestor:** Associação dos Notários e Registradores do Estado do Amazonas – ANOREG-AM

**Procedimento:** Termo de Cooperação Técnica firmado entre o TRT 11 e a ANOREG-AM

**Dados:** Matrículas de imóveis que tenham sido registrados no Estado do Amazonas Permite a averbação da penhora de imóveis em Cartório por meio eletrônico, além da consulta de suas matrículas, de forma que este será mais um instrumento para potencializar a pesquisa patrimonial em desfavor de devedores contumazes.

O maior benefício desta inovadora ferramenta é a integração da base de dados dos Cartórios de Registro de Imóveis do Estado do Amazonas, que disponibiliza aos magistrados a consulta das matrículas de bens imóveis por meio eletrônico. Dessa forma, se tornará dispensável a expedição de ofícios para este fim, o que garantirá maior celeridade e economia processual.

**PROTESTOJUD:**

**Órgão Gestor:** Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil – Seção Amazonas

**Procedimento:** Convênio firmado entre o IEPTB-AM e o TRT 11ª Região, sendo o cadastro feito através da remessa de planilha de dados dos usuários.

**Dados:** Títulos de dívidas protestadas junto aos Cartórios do Amazonas Permite o envio em meio digital de títulos judiciais aos tabelionatos de protesto, sendo ato formal e solene instituído em Lei (9.492/97). Tem apresentado bons índices de recuperação, alcançando o índice de 67%, em 2014. Uma vez encaminhada a Certidão de Protesto de Dívida Exequenda através da CRA, esta será distribuída pelo Serviço Distribuidor de Títulos para Protesto - SISPROT para um dos Cartórios de Protesto de Letras de Manaus. O Cartório, por sua vez, deverá intimar a executada para quitar o débito no prazo de três dias úteis, ficando a executada impedida de contrair empréstimos bancários e financiamentos habitacionais, caso não o faça.

**CNE – Cadastro Nacional de Empresas:**

**Órgão Gestor:** Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI

**Procedimento:** Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o TRT da 11ª Região e o DREI

**Dados:** Informações sobre pessoas jurídicas em todo território nacional (CNPJ, Capital Social, Atividade Econômica, Endereço e Sócios). Importante banco de dados. Reúne informações de todas as juntas comerciais do Brasil, úteis em diversas pesquisas, tais como de pessoas que sejam sócias de empresas em mais de uma Unidade de Federação, permitindo assim, o mapeamento de grupos econômicos de



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional**

âmbito nacional e possibilitando ampliar a desconsideração da personalidade jurídica para combater a blindagem patrimonial e as fraudes à execução.

**INFOSEG-SINESP - Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas.**

**Órgão Gestor:** Secretaria Nacional de Segurança Pública.

**Procedimento:** Instrução Normativa no 09/2017, do Ministério da Justiça

**Dados:** ocorrências criminais registradas e respectivas comunicações legais; registro de armas de fogo; entrada e saída de estrangeiros; pessoas desaparecidas; execução penal e sistema prisional; recursos humanos e materiais dos órgãos e entidades de segurança pública; condenações, penas, mandados de prisão e contramandados de prisão; e repressão à produção, fabricação e tráfico de crack e outras drogas ilícitas e a crimes conexos, bem como apreensão de drogas ilícitas. O INFOSEG-SINESP é uma rede integrada de dados compartilhados entre órgãos públicos para auxiliar na execução acompanhamento e avaliação da política de segurança pública e execução penal, fazendo uso da inteligência policial.

**CEIS-CNEP – Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspeitas Órgão Gestor:** Controladoria Geral da União.

**Procedimento:** Portaria no 1.332/2016, da CGU.

**Dados:** dados da pessoa ou empresa sancionada, dados da sanção, órgão sancionador. É um banco de informações mantido pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) que consolida a relação das empresas e pessoas físicas que sofreram sanções tendo como efeito restrição ao direito de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública. Tem efeitos similares ao da inclusão no BNDT, porém podendo ser feita imediatamente após a citação, sem a restrição do prazo de 45 dias, do art. Art. 883-A, da CLT.

**SIG – Sistema de Informações Geográficas**

**Órgão Gestor:** Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno de Manaus – SEMEF

**Procedimento:** Acordo de Cooperação Técnica n.02/2018/TRT11

**Dados:** Informações georreferenciadas de imóveis e pessoas físicas e jurídicas.

A ferramenta é um ambiente de geocolaboração em multiplataforma, que vai permitir aos magistrados, servidores e oficiais de justiça do TRT11, no momento da avaliação e penhora de bens, ter acesso a diversos dados de geolocalização, como endereço dos imóveis, pesquisas por nome, CPF e CNPJ, o cartório em que o imóvel está vinculado, entre outras informações essenciais para a efetividade da execução trabalhista. O sistema de geocadastro de Manaus já recebeu prêmios nacionais e internacionais, estando na vanguarda da tecnologia de georreferenciamento, representando um importante avanço para a modernização das tecnologias de pesquisa patrimonial, além do TRT11 estar se somando a diversos outros entes público colaboradores para o aperfeiçoamento das camadas do sistema.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional

**REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA**

**Órgão Gestor:** Tribunal de Contas da União.

**Procedimento:** Termo de Adesão ao Termo de Cooperação Técnica

**Dados:** Investigações de combate à lavagem de dinheiro de outros órgãos, como AGU, CGE, CGM, CGU, TCE, MPAM, MPF-AM, TCE-AM, TCU, SPF-AM e SRF-AM. A Rede de Controle é um centro decisório interorganizacional que visa aprimorar a efetividade da função de controle do Estado sobre a gestão pública. A partir da celebração do Protocolo de Intenções, em 25/03/2009, iniciou-se à efetivação da Rede de Controle da Gestão Pública por meio da realização de Oficinas de Trabalho em Brasília e a implantação de Redes nos Estados. O principal objetivo da Rede de Controle é desenvolver ações direcionadas à fiscalização da gestão pública, ao diagnóstico e combate à corrupção, ao incentivo e fortalecimento do controle social, ao compartilhamento de informações e documentos, ao intercâmbio de experiências e à capacitação dos seus quadros.

Para tanto, a estratégia adotada está sendo a de ampliar e aprimorar, de modo expresse e efetivo, a articulação de parcerias entre os órgãos públicos e as entidades, nas diversas esferas da Administração Pública, mediante a formação de rede de âmbito estadual e federal, bem como a interação da rede formada pelos signatários do acordo estadual com a Rede de Controle da Gestão Pública.

**4.4 Execuções reunidas no NAE-CJ e período.**

Tramitam no NAE-CJ os seguintes Procedimentos de Reunião de Execução – PRE, nos termos da Resolução Administrativa nº 105/2018, deste Regional:

**4.1.1. Plano Especial de Pagamento Trabalhista:**

ITAUTINGA – 0001328.17.2017.5.11.0008 (SHP)  
NORTE EDITORA – 0000945.94.2016.5.11.0001 (NAE-CJ)  
LEGÍTIMA SEGURANÇA - 0000658.97.2017.5.11.0001 (NAE-CJ)  
JM SERVIÇOS – 0000022.50.2016.5.11.0007(NAE-CJ)

**4.1.2. Regime Especial de Execução Forçada:**

RUDARY - 0011707-59.2013.5.11.0007 (SPP)  
MARSHAL – 0001354-97.2012.5.11.0005 (SPP)  
GATSBY – 0002258-91.2010.5.11.0004 (SPP)  
KROWORK – 0001128-47.2016.5.11.0007 (SPP)  
NV – 0001394-86.2015.5.11.0001 (SPP)

**4.5 Atribuição aos executantes de Mandados – existe oficial específico? Quantos e quais são. Quantas diligências foram realizadas mensalmente no período correccionado.**



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional**

Existe uma Oficiala de Justiça específica para cumprir os mandados expedidos pelo NAE-CJ, SHP e NPP, Eusa Maria de Oliveira Braga Fernandes, designada para a Seção de Hastas Públicas através da Portaria Nº 371/2016/SGP, de 26 de abril de 2016.

<b>Mês</b>	<b>Quantidade de diligências</b>
Janeiro	01
Fevereiro	01
Março	12
Abril	16
Maio	26
Junho	11
Julho	12
Agosto	36
Setembro	20
Outubro	17
Novembro	05
Dezembro	07

**4.6 Quantos leilões foram realizados na Seção de Hastas Públicas e quais os índices de aproveitamento.**

Foram realizados 5 (cinco) leilões, com aproveitamento de 61%.

<b>Data</b>	<b>Aproveitamento</b>
13 de abril de 2018	47%
25 de maio de 2018	100%
29 de junho de 2018	50%
21 de setembro de 2018	45%
30 de novembro de 2018	75%



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional

**4.7 Tem leiloeiro oficial? Caso positivo, nome, valores arrecadados decorrentes de leilões e demais despesas, especificando-as.**

Desde dezembro de 2016, o TRT11 conta com leiloeiro oficial que passou por processo de credenciamento (Edital nº 7/2016/SGP), homologado pela Portaria nº 401/2016/SGP, 5/5/2016. O leiloeiro oficial do TRT11, **Brian Galvão Frota**, foi designado por meio da Portaria nº 1.073/2016/SGP em 21/12/2016.

Desde a criação da Seção de Hastas Públicas foram realizados 21 (vinte e um) leilões, sendo: 8, em 2016; 8, em 2017 e 5, em 2018, obtendo os seguintes índices de aproveitamento:

ANO	APROVEITAMENTO
2016	11%
2017	40%
2018	61%

**4.8 Quais os tipos de bens arrematados nos leilões no ano de 2018 até o envio das informações.**

Descrição	Qde Bens
Terreno	5
Veículos	7
Imóveis	8
Outros	33
Total	53

**4.9 Quais os valores arrecadados nas Hastas Públicas no ano de 2018 no período correicionado.**

Mês	Quantidade de diligências
Abril	R\$1.607.839,47
Maio	R\$2.518.331,13
Junho	R\$456.412,00
Setembro	R\$342.243,00
Novembro	R\$160.945,80



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional

Total	R\$5.085.771,40
-------	-----------------

4.9.1 Quais as Varas contempladas com os resultados positivos dos leilões.

MANAUS				
1ª VTM	6ª VTM	7ª VTM	13ª VTM	15ª VTM
16ª VTM	17ª VTM	18ª VTM	19ª VTM	
BOA VISTA				
1ª VT BVA		2ª VT BVA		

4.9.2 Quantitativos de processos enviados por Vara do Trabalho em 2018.

VARAS	QDE DE PROCESSOS
1ª VTM	3
3ª VTM	1
4ª VTM	1
6ª VTM	2
7ª VTM	5
8ª VTM	1
11ª VTM	4
13ª VTM	3
14ª VTM	5
15ª VTM	1
16ª VTM	1
17ª VTM	5
18ª VTM	5
19ª VTM	4
1ª VT BVA	1
2ª VT BVA	13
TOTAL	50

4.9.3 Resultado obtido pelo NAE-CJ durante a Semana Nacional de Execução Trabalhista de 2018.





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional**

Foram agendadas 803 audiências de conciliação, das quais 756 foram Realizadas, resultando o total de 216 acordos e R\$ 4.682.268,99 (quatro milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, duzentos e sessenta e oito reais e noventa e nove centavos) em valores pagos aos reclamantes, R\$ 451.589,12 em recolhimento previdenciário e R\$ 23.099,22 de recolhimento de imposto de renda, além do depósito decorrente de bloqueios em créditos de duas empresas grandes executadas do nosso Regional, no valor total de R\$ 1.697.928,27, beneficiando 65 exequentes.

O TRT da 11ª Região somou o total de R\$ 6.854.885,60, em valores arrecadados durante a 8ª Semana Nacional da Execução Trabalhista. Foram atendidas 1.920 pessoas na referida semana que contou com a participação maciça dos juízes do 1º. Grau, 5 Desembargadores e 223 servidores.

Durante os cinco dias do evento foram registradas 41 inclusões no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT, 32 inclusões no Cadastro Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, 33 inclusões no SERASAJUD, e 12 protestos de Dívida em Cartório por meio do PROTESJUD.

Foi realizada a 1ª Maratona de Investigação Patrimonial, evento pioneiro idealizada pela Seção de Pesquisa Patrimonial, no TRT da 11ª Região, cujo principal objetivo foi o de mobilizar magistrados e servidores no sentido de buscar soluções para as execuções mais complexas envolvendo empresas grandes devedoras trabalhistas.

Durante a Maratona foram dedicadas 35 horas exclusivamente às atividades intensivas de pesquisa patrimonial e compartilhamento das boas práticas adotadas pelos Núcleos de Pesquisa Patrimonial, tais como a reunião das execuções, a análise de dados bancários e fiscais, o cruzamento de dados de diferentes sistema de pesquisa patrimonial e o mapeamento de grupos econômicos.

Ao todo foram investigadas 10 empresas que figuram como grandes devedoras nas varas do trabalho de Manaus e de Boa Vista, que somam um total de 1.480 processos em execução, conforme relatório anexo.

**4.9.4 Resultado obtido da Seção de Hastas Públicas durante a Semana Nacional de Execução Trabalhista em 2018, assim compreendidas também as Seções integrantes.**

A SHP inseriu em pauta de audiência 09 (nove) processos com tramitação nas Varas de Manaus, nos dias 17 e 18 de setembro, durante a Semana Nacional de Execução Trabalhista de 2018, que estavam inseridos na hasta do dia 21 de setembro, tendo havido conciliação em 04 (quatro) processos.

O valor total dos acordos homologados somou a importância de R\$65.743,27 em favor dos exequentes, e de R\$935,23 em favor do INSS.

A SHP levou à hasta do dia 21 de setembro de 2018 um total de 11 (onze) lotes, tendo sido vendidos 05 (cinco) lotes, cujo percentual de aproveitamento de venda foi de 45% (quarenta e cinco por cento), resultando no valor de R\$342.243,00 (trezentos e quarenta e dois mil, duzentos e quarenta e três reais) arrecadados para quitação dos créditos trabalhistas.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional**

Com esses resultados, a Seção de Hastas Públicas resolveu 60% (sessenta por cento) dos processos em execução durante a VII Semana Nacional de Execução Trabalhista, com o total de R\$407.986,27 (quatrocentos e sete mil, novecentos e oitenta e seis reais e vinte e sete centavos) em favor dos exequentes.

**4.9.5 Quantidade de bens arrematados, valores, varas beneficiadas e acordos homologados.**

DESCRIÇÃO	QTDE
BENS ARREMATADOS EM 2018	53
VALORES ARRECADADOS EM 2018	R\$5.085.771,40
VARAS BENEFÍCIADAS COM LEILÕES EM 2018	1ª VTM, 6ª VTM, 7ª VTM, 13ª VTM, 15ª VTM, 16ª VTM, 17ª VTM, 18ª VTM, 19ª VTM, 1ª BVA e 2ª BVA
ACORDOS HOMOLOGADOS	4
VARAS BENEFÍCIADAS COM ACORDOS EM 2018	7ª VTM, 6ª VTM, 15ª

**4.9.6 Quais as ferramentas eletrônicas de execução utilizadas pelo Núcleo.**

O NAE-CJ utiliza o RENAJUD, o BACENJUD, E-RIDFT e o INFOJUD quando necessários ao deslinde dos processos a ele encaminhados.

A SHP utiliza o RENAJUD, SINDESP e E-RIDFT para consulta a endereços, consulta ao registro de imóveis e desbloqueio dos veículos arrematados junto ao DETRAN.

A Seção de Pesquisa Patrimonial utiliza todas as 12 ferramentas eletrônicas disponíveis no âmbito do E. TRT da 11ª Região, listadas no item 9.

De forma sistemáticas são utilizadas ferramentas distintas para cada tipo de relatório. No Relatório Preliminar são identificadas as maiores executada através de consulta aos relatórios do BACENJUD e após são realizadas consultas às bases de dados abertos disponíveis do site do Pje, Tribunal de Contas da União – TCU, Controladoria Geral da União – CGU, Ministério Público do Trabalho – MPT, Ministério Público Federal – MPF, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil – IEPTB, Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno – SEMEF e ao Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT.

Com base nessas informações é levantada a quantidade de execuções em curso através da Certidão Eletrônicas de Débitos Trabalhistas – CEAT e em seguida é feito o levantamento de bens passíveis de penhora através do RENAJUD (veículos), SACI (aeronaves), E-RIDFT (imóveis), buscando oferecer às Varas do Trabalho informações



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional**

e meios para o prosseguimento e solução das execuções trabalhistas, respeitando o princípio da execução menos gravosa.

Com base no mapeamento do patrimônio da devedora feito através do Relatório Preliminar é possível identificar possíveis tentativas de fraude à execução, aumentando as chances de êxito e a efetividade da execução trabalhista.

Já o Relatório Circunstanciado previsto no art. 3º, inciso VII, da RA nº 063/2015, visa solucionar casos mais complexos de grandes devedoras contra as quais já foram praticados diversos atos executórios infrutíferos. Nestes casos, a SPP atua inicialmente mapeando a existência de grupo econômico através das ferramentas REDESIM, CNE, INFOSEG.

Em seguida é feita consulta ao RENAJUD (veículos), SACI (aeronaves), E-RIDFT (imóveis) e Penhora Online em busca de bens passíveis de penhora e não havendo determina-se o afastamento do sigilo bancário para que sejam iniciadas as consultas ao CCS, INFOJUD, SPED e COAF. Com base nas informações obtidas nestas consultas é elaborado o SIMBA para que se possa comprovar a fraude à execução e rastrear o caminho do dinheiro.

Cumprе salientar que a massa de dados gerada nas consultas mencionadas necessita de sistemas para a análise e processamento. No sentido de tornar mais célere e efetiva a investigação patrimonial de grandes devedoras a SPP tem realizado testes e estudos de softwares open source específicos que possam auxiliar na análise de grande volume de dados, tais como o Gephi e o Orange.

**4.9.7 Informar as atividades desempenhadas pela Seção de Pesquisa Patrimonial.**

A SPP tem se empenhado em realizar todas as atividades previstas no art. 3º, da RA nº 63/2015, principalmente a identificação de patrimônio de grandes devedoras, a propositura de convênios e parcerias entre instituições públicas e privadas, a elaboração de estudos sobre técnicas de pesquisa, investigação e avaliação de dados e a produção de relatórios de investigação patrimonial.

Além disso, a SPP centraliza a manutenção e gerenciamento de todas as ferramentas de pesquisa patrimonial disponíveis no âmbito do E. TRT da 11ª Região, prestando suporte às Varas do Trabalho através do helpdesk.

Durante o período de 2018 foram atendidos 88 chamados. Não obstante, a SPP também se dedica a realização de cursos de capacitação dos servidores que atuam e que pretendem atuar na execução trabalhista, visando difundir os conhecimentos adquiridos sobre os métodos de investigação patrimonial para tornar a execução mais efetiva. Em 2018 foram realizadas 2 turmas do Curso de Análise de Dados Bancários e Fiscais (Carga Horária: 4h), 3 turmas do Curso de Efetividade da Execução Trabalhista (Carga Horária: 8h) e 1 turma da Jornada de Capacitação dos Servidores do Interior (Carga Horária: 8h).

Por fim, a SPP realiza mensalmente atividade de análise constante dos índices e indicadores de metas da execução trabalhista, para fins de identificar bons resultados e trabalhar para melhorar a efetividade da execução.

**4.9.8 Informar como está sendo processada a desconsideração da personalidade jurídica da executada.**



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional**

---

A desconsideração da personalidade, tem sido processada em observância ao art. 10-A, da CLT, em complemento com os art. 133 a 137, do CPC, conforme decisões de id. 4f81f58 e 7a51706, do processo centralizador nº0001394-6.2015.5.11.0001

**4.9.9 Quais os mecanismos utilizados de prevenção, obstrução, detecção e de neutralização de fraudes à execução.**

Atualmente o principal mecanismo para a prevenção, obstrução, detecção e de neutralização de fraudes à execução são os Relatórios Preliminares de Pesquisa Patrimonial, descrito no item, que permitem mapear todo o patrimônio da executada ainda no início da execução, dificultando a tentativa de ocultação de bens ou dilapidação do patrimônio, conforme descrito no item 20.

**4.10 Informar quantas reuniões de execução constam no NAE-CJ e seções vinculadas especificando os respectivos processos RA105/2018.**

Constam atualmente no NAE-CJ, cinco matérias administrativas com execuções reunidas no Núcleo para fins de obtenção de créditos pertencentes às executadas retidos junto a diversos órgãos públicos, objetivando o pagamento dos créditos exequendos dos processos constantes no Núcleo e também nas Varas do Trabalho de Manaus, conforme a seguir relatado:

**1.1. J. M. Serviços Profissionais Construção e Comércio Ltda**

Em junho de 2016 a empresa J.M. Serviços Profissionais Construção e Comércio LTDA peticionou ao NAE-CJ requerendo a centralização das execuções movidas em face dela no Núcleo.

O pedido foi autuado como Matéria Administrativa sob o número 003/2016, tendo como processo centralizador o de nº 00000022.50.2016.5.11.0007.

**1.2. Krowork Engenharia Ltda**

Em março de 2017 a empresa KROWORK ENGENHARIA LTDA peticionou ao NAE-CJ requerendo a centralização das execuções movidas em face dela no Núcleo, apresentando na ocasião uma lista com 60 processos, totalizando a execução em R\$ 1.029.578,91

O pedido foi autuado como Matéria Administrativa sob o número 44/2017, tendo como processo centralizador o de nº 0001128.47.2016.5.11.0007.

A Juíza Coordenadora do NAE-CJ encaminhou o processo ao SPP para instauração do REEF – que consiste no procedimento unificado de busca, constrição e expropriação, com vistas ao adimplemento da dívida consolidada de devedor com relevante número de processos em fase de execução, como medida de otimização das diligências executórias, doravante realizadas de forma convergente, mediante a utilização de processo piloto, disciplinado na Resolução nº 105/2018 do TRT11.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional**

**1.3. NV Indústria Comércio e Construção LTDA e Bela Vista empreendimentos imobiliários ltda**

A empresa NV INDUSTRIA, COMERCIO E CONSTRUÇÃO LTDA peticionou ao Juízo do NAE-CJ expondo a situação do passivo do grupo econômico integrado pelas executadas NV INDUSTRIA, COMERCIO E CONSTRUÇÃO LTDA e BELA VISTA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, com um total de 309 processos que tramitam nas Varas do Trabalho de Manaus e nas Varas do Trabalho de MANACAPURU, PARINTINS, TABATINGA e PRESIDENTE FIGUEIREDO, totalizando o débito no valor de R\$ 3.258.042,05 (três milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, quarenta e dois reais e cinco centavos).

O pedido foi autuado como Matéria Administrativa sob o número 72/2017, tendo como processo centralizador o de nº 0001394.86.2015.5.11.0001.

**1.4. Legítima Serviços de Proteção Segurança e Vigilância Patrimonial LTDA**

Em junho, a empresa **Legítima Serviços de Proteção Segurança e Vigilância Patrimonial LTDA** peticionou ao NAE-CJ requerendo a centralização de processos em execução no Núcleo. Ato contínuo Núcleo de Apoio à Execução e de Cooperação Judiciária – NAE-CJ autuou a Matéria Administrativa nº 9008/2018, tendo como parte a empresa petionante, cujo processo centralizador dos atos executórios é o de número 0000658.97.2017.5.11.0001.

**1.5. Norte Editora e Outras**

A empresa de comunicação Norte Editora e outras sociedades protocolaram petição no Núcleo de Apoio à Execução e de Cooperação Judiciária - NAE-CJ (MA 11089/2018) requerendo a reunião da execução no Núcleo e aponta o montante executório em R\$ 1.592.708,21 (HUM MILHÃO, QUINHENTOS E NOVENTA E DOIS MIL, SETECENTOS E OITO REAIS E VINTE E UM CENTAVOS) em um total de 43 processos. A executada propôs um plano de pagamento da dívida em 24 parcelas de R\$66.362,84 (sessenta e seis mil, trezentos e sessenta e dois reais e oitenta e quatro centavos) mensais, incluídas a estimativa de juros e de correção monetária até seu integral cumprimento, a serem pagas no dia 25 de cada mês, com a primeira parcela no dia 21.09.2018.

O pedido foi autuado como Matéria Administrativa sob o número 11098/2018, tendo como processo centralizador o de nº 0000945.94.2016.5.11.0001

**4.10.8 Quantas investigações patrimoniais estão em curso no SPP?**



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional**

Atualmente há 5 investigações em curso:

**1. RUDARY PRESTADORA DE SERVIÇOS DO AMAZONAS LTDA**

**Investigação iniciada em:** janeiro/2016

**Processos em Execução:** 590

**Processo Centralizador:** 0011707-59.2013.5.11.0007

**Situação:** Parcialmente concluído

**Ferramentas eletrônicas utilizadas:** BACENJUD, CNIB, JUCEA, ASSECC, RENAJUD, SIEL, INFOJUD, COMPRASNET/SIASG, CCS e SIMBA.

Trata-se empresa terceirizada que atua no ramo de prestação de serviços de limpeza, tendo as investigações comprovado a tentativa de frustrar a execução por meio da sucessão ficta e a ocultação de patrimônio.

A empresa figura também como ré em ação na Justiça Federal, por fraude em licitações, tendo sido alvo da Operação Martelo da Polícia Federal. Além disso, foram identificados vínculos de parentesco entre os sócios das empresas integrantes do grupo, havendo movimentação de quantias vultosas entre contas bancárias relacionadas a parentes envolvidos no esquema, configurando confusão patrimonial e ensejando a descon sideração da personalidade jurídica.

A executada interpôs Agravo de Petição contra os atos executórios praticados pelo juízo centralizador das execuções, estando o recurso pendente de julgamento desde 24/04/2017, o que inviabilizou o prosseguimento da execução em face de terceiros que atuavam como sócios ocultos e operadores financeiros.

Todavia, a execução prosseguiu contra a devedora principal através dos autos apartados de nº 0000749-72.2017.5.11.0007, nos quais houve o leilão e arrematação do edifício sede da empresa pelo valor de R\$ 1.618.331,13 (um milhão, seiscentos e dezoito mil, trezentos e trinta e um centavos e treze centavos) possibilitando o repasse dessa quantia às Varas do Trabalho para a quitação das execuções em curso em face da empresa.

**2. MARSHAL VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA**

**Investigação iniciada em:** abril/2017

**Processos em Execução:** 136

**Processo Centralizador:** 0001354-97.2012.5.11.0005

**Situação:** Parcialmente concluído

**Ferramentas eletrônicas utilizadas:** BACENJUD, CNIB, JUCEA, ASSECC, RENAJUD, SIEL, INFOJUD, COMPRASNET/SIASG, CCS, SIMBA e SPED.

Com o propósito de cooperação judiciária, a MM. 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho de Manaus efetuou transferência de saldo remanescente, em 19/12/2016, no valor de R\$ 429.287,06 (quatrocentos e vinte e nove mil, duzentos e oitenta e sete reais e seis centavos), para conta judicial em favor do Núcleo de Apoio à Execução e Cooperação Judiciária, em razão haver 19 ordens de penhoras no rosto dos autos do processo 0202445-36.2011.8.04.0001 proferidas por Juizes do Trabalho.

O valor total das referidas penhoras equivale a R\$ 723.347,28 (setecentos e vinte e três mil, trezentos e quarenta e sete reais e vinte e oito centavos), sendo insuficiente o valor do saldo remanescente para a quitação integral dos débitos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO**  
**Corregedoria Regional**

Neste sentido, sabendo-se das inúmeras execuções frustradas em face da empresa MARSHAL VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA no âmbito deste E. Regional, foi feito o rateio proporcionalmente entre todos os 19 processos que constavam na lista apresentada pela MM. 13ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho de Manaus, para que fossem parcialmente quitados, como medida de equidade e Justiça, dado que o critério da ordem preferencial da penhora deixaria mais da metade dos reclamantes sem a satisfação do crédito, não havendo até o presente momento nenhuma outra garantia da execução.

Não obstante a insuficiência do saldo remanescente disponível para a quitação dos processos indicados na relação supracitada, foi determinado o prosseguimento da execução com a instauração de procedimento investigativo através da Seção de Pesquisa Patrimonial, para garantir a quitação do restante do débito da executada em relação à todos os demais processos em fase de execução na Justiça do Trabalho.

Atualmente, a equipe do SPP está analisando a massa de dados do SIMBA e do SPED que envolvem movimentações financeiras para contas bancárias no exterior, sendo que possa ser necessária a expedição de carta rogatória e a instauração de procedimento para recuperação de ativos junto ao Ministério da Justiça, caso não sejam encontrados outros bens.

### **3. GATSBY DO BRASIL LTDA**

**Investigação iniciada em:** março/2018

**Processos em Execução:** 2 (sendo uma ação coletiva com 163 substituídos)

**Processo Centralizador:** 0002258-91.2010.5.11.0004

**Situação:** Levantamento e análise dos dados fiscais e bancários

**Ferramentas eletrônicas utilizadas:** BACENJUD, JUCEA, RENAJUD, SIEL, INFOJUD, CCS, SIG e COAF.

Investigação iniciada em virtude de pedido de apoio da MM. 4ª Vara do Trabalho de Manaus, através de Ofício formalizado no DP nº 2693/2018, tendo em vista os indícios de ocultação de patrimônio presentes nos autos. Apesar de ser apenas um processo em execução, trata-se de ação coletiva que poderá beneficiar 163 empregados, somando o débito da executada a quantia de R\$ 2.099.000,00 (dois milhões e noventa e nove mil reais).

A análise preliminar dos dados levantados indicam o desvio de bens penhorados e a ocultação de patrimônio pelos sócios da empresa em conluio com outras empresas do mesmo ramo industrial de produção de cabos elétricos.

Os indícios de fraude ainda estão sendo devidamente apurados pela Oficiala de Justiça do NAE-CJ e serão cruzados com os dados obtidos a partir da quebra de sigilo bancário decorrente da utilização do sistema de investigação sobre movimentações bancárias - SIMBA.

### **4. KROWORK ENGENHARIA LTDA**

**Investigação iniciada em:** abril/2018

**Processos em Execução:** 64

**Processo Centralizador:** 0001128-47.2016.5.11.0007

**Situação:** Levantamento e análise dos dados fiscais e bancários



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional**

**Ferramentas eletrônicas utilizadas:** JUCEA e REDESIM.

Regime Especial de Execução Forçada iniciado em virtude de descumprimento do Plano Especial de Pagamento Trabalhista, nos termos da RA nº 105/2018, do TRT11.

**5. NV INDUSTRIA COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA**

**Investigação iniciada em:** abril/2018

**Processos em Execução:** 233

**Processo Centralizador:** 0001394-86.2015.5.11.0001

**Situação:** Parcialmente concluído

**Ferramentas eletrônicas utilizadas:** BACENJUD, JUCEA, RENAJUD, SIEL, INFOJUD, CCS, SIG e E-RIDFT.

Regime Especial de Execução Forçada iniciado em virtude de descumprimento do Plano Especial de Pagamento Trabalhista, nos termos da RA nº 105/2018, do TRT11. Em 2018 executada moveu ação de recuperação judicial omitindo valores de débitos trabalhistas e indicando no plano de recuperação bens que já haviam sido ofertados em garantia do juízo trabalhista, configurando dessa forma a clara intenção de burlar a execução.

Ao tomar ciência da tentativa de fraude contra credores o Juízo da MM. 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus, no processo de nº 0603350-29.2018.8.04.0001 indeferiu o pedido de recuperação judicial da executada, tendo o Ministério Público se manifestado pela convocação da recuperação em falência diante da má fé processual da executada.

Nas investigações foi constatada a conformação de grupo econômico familiar, havendo clara comunhão de interesses afetivos e econômicos entre os sócios o que levou à responsabilidade solidária das empresas integrantes do grupo. Esta decisão motivou a executada a interpor Agravo de Petição, o qual não foi conhecido por deserção, conforme Acórdão da Terceira Turma deste E. TRT da 11ª Região.

Prosseguindo as investigações nos autos apartados do processo de nº 0000787-68.2018.5.11.0001 foram identificados diversos imóveis em nome da empresa e de seus sócios, todos sem gravame de bem de família em cartório. Diante disso foi decretada a penhora do imóvel de maior valor, que segundo a própria empresa executada, se trata de bem de família, o que ensejou o Mandado de Segurança nº 0000387-57-2018.5.11.0000.

Como existem outros bens imóveis livres e desembaraçados, estes estão sendo penhorados para buscar a quitação do débito o mais rápido possível e evitar que seja frustrada a execução e todo o trabalho investigativo da SPP.

**4.10.9 Especificar os valores pagos pelo NAE-CJ, SHP, SPP no ano de 2018 até o envio das informações.**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional

<b>GRUPO VITÓRIA RÉGIA</b>	<b>R\$ 2.624.204,39</b>
<b>JM SERVIÇOS PROFISSIONAIS</b>	<b>R\$ 1.367.546,92</b>
<b>GRUPO NORTE EDITORA</b>	<b>R\$ 294.366,60</b>
<b>RUDARY PRESTADORA DE SERVIÇOS</b>	<b>R\$ 1.479.398,14</b>
<b>NV INDUSTRIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO</b>	<b>R\$ 1.222.358,40</b>
<b>LEGÍTIMA SERVIÇOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA</b>	<b>R\$ 794.155,56</b>
<b>VISAM VIGILANCIA E SEGURANÇA DA AMAZONIA</b>	<b>R\$ 83.488,51</b>
<b>TOTAL LIBERADO</b>	<b>R\$ 7.865.518,52</b>

A Seção de Hastas Públicas não efetua liberação de valores aos exequentes. Os valores apurados com a arrematação dos bens nos leilões realizados são depositados pelos arrematantes no respectivo processo, e, após expiração dos prazos processuais e entrega da Carta de Arrematação, o processo é devolvido à Vara de origem, que faz o pagamento devido ao autor, bem como o recolhimento dos encargos incidentes sobre o crédito.

Os valores arrecadados pela Seção de Hastas Públicas em favor dos exequentes do TRT11 no ano de 2018 somou a importância de R\$5.085.771,40 (cinco milhões, oitenta e cinco mil, setecentos e setenta e um reais e quarenta centavos).

#### 5. BOA PRÁTICAS DO NAE-CJ e RESPECTIVAS SEÇÕES

- \* Os processos são incluídos em pauta de audiência apenas quando os valores já estão depositados.
- \* Os cálculos do processo são atualizados na semana que antecede a audiência.
- \* Os termos de audiência contêm guia de retirada para saque imediato dos valores pagos ao exequente.
- \* A executada sai da audiência com as guias GPS, GRU e DIRF para recolhimento dos encargos.
- \* As restrições no RENAJUD e BNDT são retiradas antes do retorno do processo à Vara de origem.
- \* A penhora de bens, se houver, é levantada em audiência.
- \* Os incidentes como impugnação aos cálculos ou embargos à execução, se houver, são resolvidos em audiência sempre que possível
- \* Os processos cuja reclamada é a Caixa Econômica Federal, objeto do Termo de Cooperação n.º 01/2015, são incluídos em pauta para tentativa de conciliação tão logo retornam do Tribunal, antes do início da execução.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional

\* As empresas que firmaram Termo de Compromisso com o NAE-CJ têm a centralização dos atos executórios no Núcleo, possibilitando a programação do desembolso para pagamento dos processos em execução, bem como desafogando o setor de execução das Varas Trabalhistas que aderiram ao Termo de Compromisso firmado.

### SHP

- \* Audiências de tentativa de conciliação antes da realização dos leilões;
- \* Banco de dados criado para catalogar todos os dados dos processos recebidos na SHP e inseridos nos leilões, relativo aos bens penhorados, dados dos arrematantes, valores pagos, varas contempladas, a fim de subsidiar informações gerenciais;
- \* Triagem dos processos para verificar adequação à Resolução Administrativa nº 43/2016 do TRT da 11ª Região, bem como análise detalhada do processo, sobretudo quanto à ciência das partes e terceiros interessados, realizando o saneamento do processo quando possível, a fim de evitar a devolução dos autos para a Vara.
- \* Certidão de publicação do edital unificado dos leilões nos autos;
- \* Publicação, no sítio do TRT11, do calendário dos leilões unificados, bem como dos respectivos editais;
- \* Remoção dos bens móveis para o depósito do leiloeiro oficial, a fim de evitar que os bens arrematados não sejam encontrados.
- \* Acompanhamento da tramitação processual, conforme planilha encaminhada mensalmente pelo leiloeiro dos bens removidos, a fim de verificar se os bens não estão esquecidos pelas Varas.
- \* Priorização de contato feito com as Varas através de telefone, para solução de problemas e informações solicitadas, como forma de celeridade e aproximação da SHP com as demais unidades do TRT11.

### SPP

\* **Observatórios da Execução Trabalhista:** É realizado controle mensal de todas as metas e índices da execução trabalhista, e também sobre o uso das ferramentas de investigação patrimonial, visando avaliar a efetividade da execução trabalhista no âmbito do Regional.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional

\* **Relatórios Preliminares de Pesquisa Patrimonial:** Com base nos relatórios gerenciais do sistema BACENJUD são realizadas consultas em diversas bases de dados, sem a determinação de afastamento do sigilo bancário e fiscal, em face de empresas com elevado volume de ordens de bloqueio judicial, visando oferecer às Varas do Trabalho elementos para obter o êxito nas execuções em curso e evitando a fraude à execução.

\* **Certidão Eletrônica de Débitos Trabalhistas:** Implementação do filtro de processos na fase de execução na Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas, que permite verificar a quantidade de execuções em face de uma grande devedora facilitando a reunião de execuções.

\* **Criptografia de Arquivos Sigilosos:** como forma de garantir a segurança das informações levantadas pelo NPP, todos os arquivos eletrônicos que envolvam quebra de sigilo bancário ou fiscal são criptografados, podendo ser acessado somente pelas pessoas autorizadas. Essa prática pretende evitar o vazamento de informações.

## 6. SISTEMAS ELETRÔNICOS UTILIZADOS

FERRAMENTAS	SIM	NÃO
JUCEA	X	
REDESIM	X	
JUCERR	X	
BACENJUD	X	
RENAJUD	X	
CNIB	X	
PENHORA ONLINE	X	
SACI	X	
INFOJUD	X	
CCS	X	
SIMBA	X	
SEI	X	
CENSEC	X	
SIEL	X	
SERAJUD	X	
eRIDFT	X	
PROTESTOJUD	X	
CNE	X	
REDE-LAB		
SISGEMB		



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional

INFOSEG-SINESP	x	
CEIS-CNEP	x	
REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA	X	
SINDESP	x	
SPED	X	
SIG	X	

**7. PROCESSOS PESQUISADOS**

SETOR	PROCESSO
NAE	ET 0001304-73.2018.5.11.0001
NAE	0002144-83.2014.5.11.0014
NAE	0000981-24.2012.5.11.0019
NAE	0002359-19.2015.5.11.0016
NAE	0000945-94.2016.5.11.0001
NAE	0000451-35.2012.5.11.0014
NPP	0001354-97.2012.5.11.0005
NPP	0001128-47.2016.5.11.0007
SHP	0000095-07.2016.5.11.0012
SHP	0000917-48.2015.5.11.0006
SHP	0001920-52.2017.5.11.0011
SHP	0000742-81.2016.5.11.0018

**8. SEÇÃO DE OUVIDORIA**

Período de referência: 01/2018 a 01/2019

- Durante o período de referência não houve reclamações para o NAE-CJ



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional

## 9. ELOGIOS

I – Pelo comprometimento com a periodicidade de capacitação dos magistrados e servidores da unidade judiciária;

II – Pelo desempenho das boas práticas adotadas pelo NAE-CJ;

### NAE – CJ

- Pelos resultados obtidos durante a Semana Nacional de Execução onde foram agendadas 803 audiências de conciliação das quais 756 foram realizadas, resultando o total de 216 acordos.
- Merece elogio a idealização e realização da 1ª Maratona de Investigação Patrimonial, evento pioneiro idealizada pela Seção de Pesquisa Patrimonial, no TRT da 11ª Região, cujo principal objetivo foi o de mobilizar magistrados e servidores no sentido de buscar soluções para as execuções mais complexas envolvendo empresas grandes devedoras trabalhistas. Durante a referida Maratona foram dedicadas 35 horas exclusivamente às atividades intensivas de pesquisa patrimonial e compartilhamento das boas práticas adotadas pelos Núcleos de Pesquisa Patrimonial, tais como a reunião das execuções, a análise de dados bancários e fiscais, o cruzamento de dados de diferentes sistema de pesquisa patrimonial e o mapeamento de grupos econômicos.

### SEÇÃO DE HASTAS PÚBLICAS

- Pela participação na Semana Nacional de Execução Trabalhista em 2018. A Seção de Hastas Públicas resolveu 60% (sessenta por cento) dos processos em execução durante a VII Semana Nacional de Execução Trabalhista, com o total de R\$407.986,27 (quatrocentos e sete mil, novecentos e oitenta e seis reais e vinte e sete centavos) em favor dos exequentes.

### SEÇÃO DE PESQUISA PATRIMONIAL

- Pelo desempenho da tarefa “observatório da Execução Trabalhista”, cuja atividade consiste no controle mensal de todas as metas e índices da execução trabalhista, e também sobre o uso das ferramentas de investigação patrimonial, visando avaliar a efetividade da execução trabalhista no âmbito do Regional.
- Pelo suporte prestado às varas do trabalho realizado por meio de helpdesk;
- Pela realização de cursos de capacitação dos servidores que atuam e que pretendem atuar na execução trabalhista, visando difundir os conhecimentos adquiridos sobre os métodos de investigação patrimonial para tornar a execução mais efetiva.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional

**10. RECOMENDAÇÕES GERAIS**

- Realização de audiências de conciliação (Atendido);
- Observar o cumprimento da Resolução Administrativa nº 105/2018 que dispõe sobre a reunião de execuções (Atendido).
- Utilização das ferramentas de pesquisa patrimonial (Atendido)

SETOR	PROCESSO
NAE	0000981-24.2012.5.11.0019 (cobrar o cumprimento dos mandados, dentro do prazo legal, tendo em vista que foi expedido em outubro de 2018 e até fevereiro de 2019 não havia notícia acerca de seu cumprimento.
NAE	0002359-19.2015.5.11.0016 (devolver o processo à Vara.
NAE	0000451-35.2012.5.11.0014 (dar andamento ao processo com vista à localização do veículo de placa JXD 5509 HONDA CG TITAN 125), visto que foi expedido mandado de penhora e não foi localizado junto ao Detran/AM a respectiva motocicleta.)
NPP	0001354-97.2012.5.11.0005 (dar andamento ao processo)

**11. REIVINDICAÇÕES DO NAE-CJ**

De acordo com o art. 9º. da Resolução 080/2015, serão designados para auxiliar o NAE-CJ no mínimo 6 servidores do quadro. Contudo, o Núcleo conta hoje com 5 servidores, dois dos quais não possuem o perfil adequado para a atividade desempenhada pelo NAE que requer conhecimento do processo de execução, do sistema PJ-e e das diversas ferramentas destinadas à facilitação da execução.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO**  
**Corregedoria Regional**

O mesmo ocorre com a Seção de Pesquisa Patrimonial instituída pela Resolução Administrativa n.º 063/2015, cujas atribuições estão elencadas no art. 3º. e que compreendem a prática de diversos atos complexos atinentes a promover a identificação de patrimônio da executada a fim de garantir a execução, além da administração de todas as ferramentas de pesquisa patrimonial disponibilizadas aos magistrados do Regional. A SPP conta com apenas 3 servidores realizando tais atividades, sendo que um deles não possui perfil adequado para desempenhar as atividades da SPP.

Os projetos dirigidos pelo NAE-CJ e demais Seções a ele vinculadas, estão em franca ampliação com um considerável aumento dos serviços realizados, sendo absolutamente necessário munir estes setores com capacidade mínima para implementação dos serviços desenvolvidos, com a lotação de 2 (dois) servidores capacitados em execução no NAE-CJ, 1 (um) na SPP a fim de possibilitar a adequada e célere prestação jurisdicional.

## 12. ENCERRAMENTO

A Correição Ordinária Anual foi declarada encerrada às 14h:30 horas do dia vinte e seis de janeiro de 2019, com a leitura do presente relatório. E, como nada mais houvesse a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pela Excelentíssima Senhora Desembargadora Corregedora e Ouvidora, Ruth Barbosa Sampaio, pelo Excelentíssimo Juiz Djalma Monteiro de Almeida, Coordenador do Núcleo de Apoio à Execução e de Cooperação Judiciária – NAE-CJ, e pela Diretora da Corregedoria Regional, Rejane de Aragão Oliveira. Publique-se no *site* institucional deste Regional e no *DEJT*.

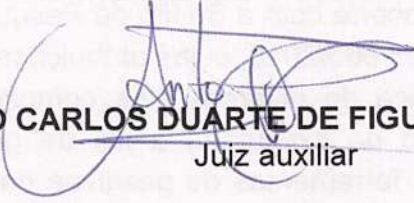
**RUTH BARBOSA SAMPAIO**  
Desembargadora do Trabalho  
Corregedora e Ouvidora do TRT da 11ª Região

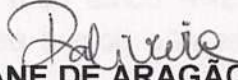
**DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA**  
Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de Manaus/AM  
Coordenador do Núcleo de Apoio à Execução e de Cooperação Judiciária



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
Corregedoria Regional**

---

  
**ANTONIO CARLOS DUARTE DE FIGUEIREDO CAMPOS**  
Juiz auxiliar

  
**REJANE DE ARAGÃO OLIVEIRA**  
Diretora da Corregedoria Regional